


Inspecção de Espectáculos e do Direito de Autor

Combate à Pirataria

relatório de 2007



IGAC
INSPECÇÃO-GERAL
DAS ACTIVIDADES
CULTURAIS

M|C
MINISTÉRIO DA CULTURA



2007

Em termos dos grandes objectivos para 2007, foram considerados 6 eixos principais:

- > MANTER A INTENSIDADE INSPECTIVA NA ÁREA DA EXECUÇÃO PÚBLICA DE OBRAS PROTEGIDAS, TENDO EM CONTA O ELEVADO NÍVEL DE ILICITUDE VERIFICADO EM ANOS ANTERIORES, MUITO PARTICULARMENTE NOS ESPAÇOS DE DIVERSÃO NOCTURNA;
- > IMPLEMENTAR UM PROGRAMA DE ACÇÕES INSPECTIVAS DE COMBATE À UTILIZAÇÃO ILÍCITA DE APLICAÇÕES INFORMÁTICAS;
- > INTENSIFICAR ACÇÕES INSPECTIVAS NO SENTIDO DE PREVENIR E REPRIMIR A CÓPIA ILÍCITA DE LIVROS;
- > IMPLEMENTAÇÃO, EM CONJUNTO COM A DIVISÃO DE RECINTOS DE ESPECTÁCULOS, DE UM PLANO DE INSPECÇÕES DE VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA EM SALAS DE CINEMA E DE TEATRO, EM PLENO FUNCIONAMENTO;
- > CONTINUAÇÃO DO PLANO DE INSPECÇÕES EM FEIRAS E MERCADOS E
- > MANTER A COOPERAÇÃO COM PARCEIROS OFICIAIS E ASSOCIAÇÕES DOS SECTORES DA ÁREA DE ACTUAÇÃO DA IGAC, ASSIM COMO A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS PARCERIAS E/OU NOVO TIPO DE COLABORAÇÃO.

Na hora de apresentar resultados, constata-se que estes grandes vectores de actuação da IGAC foram plenamente atingidos, alguns dos quais largamente ultrapassados.

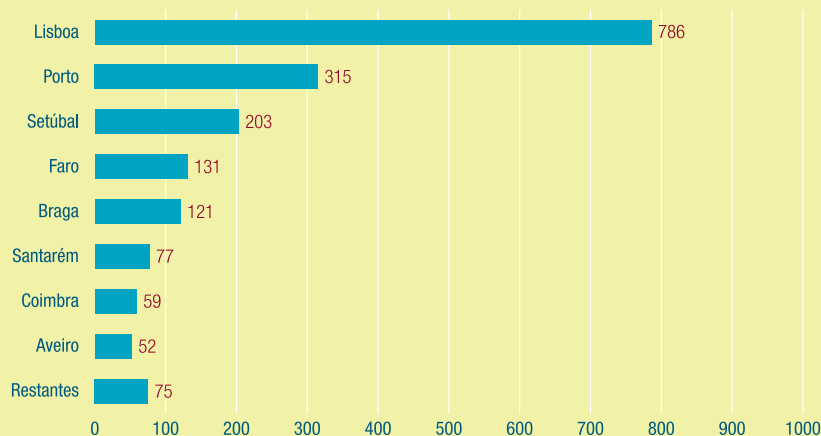
Em 2007, mais uma vez, se atingiram recordes na luta contra a usurpação de direitos de autor e conexos, suplantando-se todos os valores de apreensões até então atingidos. Também, mais uma vez, a cooperação entre a Inspeção-Geral das Actividades Culturais e as forças policiais, particularmente a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública, foi crucial para estes resultados.

INDICADORES GERAIS

No decurso de 2007 foram efectuadas **1819 inspecções**, um valor superior em 32% quando comparado com 2006, efectuadas predominantemente nos distritos de Lisboa (786), do Porto (315) e de Setúbal (203), correspondente a 71,7% do total realizado.

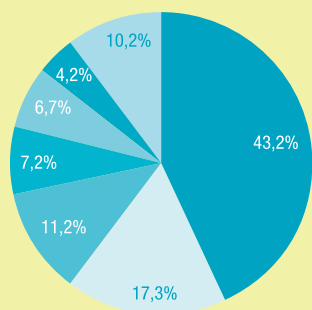
Faro, Braga e Santarém foram os distritos que se seguiram em número de inspecções, com 131, 121 e 77, respectivamente (correspondendo, no seu conjunto, a 18,1%). As restantes fiscalizações (186) distribuíram-se pelos outros 12 distritos.

Número de Inspeções por Distrito



Inspeções por Distrito (em relação ao total)

- Lisboa ●
- Porto ●
- Setúbal ●
- Faro ●
- Braga ●
- Santarém ●
- Restantes ●



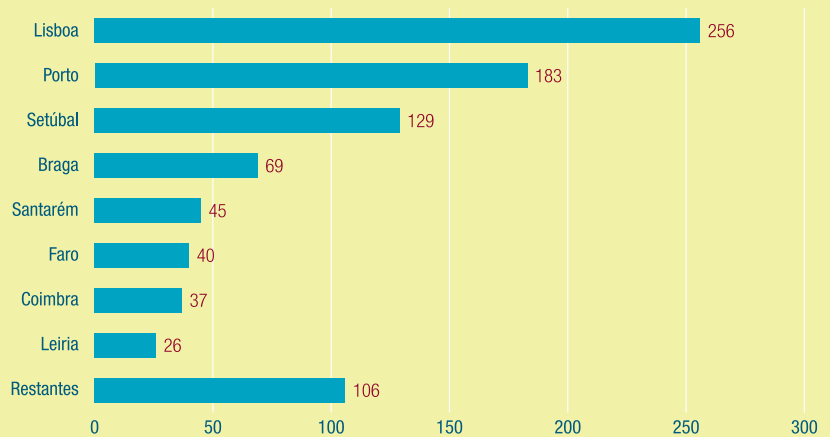
Em 2007 verificou-se um reforço considerável de inspecções nos distritos de Setúbal e Porto (mais 88% e 99,4%, respectivamente do que em 2006), situação idêntica ao ocorrido nos distritos de Lisboa (mais 43,4%), Braga (mais 39%) e em distritos do interior, como Viseu e Bragança.

Houve, por sua vez, decréscimos assinaláveis em Santarém (menos 37,4%) e em Faro (26,8%).

O número de infrações detectado atingiu o valor mais elevado dos últimos anos – 891, sendo que no distrito de Lisboa se lavraram 256 autos de notícia, seguido do Porto, com 183 e Setúbal, com 129, ou seja, nestes três distritos foram detectadas 63,7% do total das infrações.

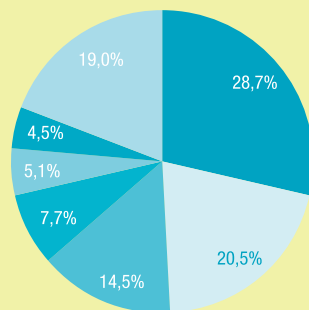
Comparando mais uma vez com o valor de 2006, o número de infrações verificado subiu em 23,8%, revelando-se, no entanto, bem abaixo do aumento das inspeções.

Número de Infrações por Distrito




Infrações por Distrito (em relação ao total)

- Lisboa ●
- Porto ●
- Setúbal ●
- Braga ●
- Santarém ●
- Faro ●
- Restantes ●



Reportando-nos agora ao panorama do incumprimento legal, constata-se, em termos distritais, que o valor percentualmente mais elevado foi atingido em Leiria, com cerca de 79% das inspeções a revelarem infrações várias e, do lado oposto, Aveiro, com apenas 17,3%.



Para além dos valores extremos já referidos, destacam-se pela negativa os distritos de Vila Real (com 75,0% de infracções verificadas em relação às inspecções realizadas), seguido de Coimbra (63,8%), Setúbal (63,5%), Viseu (60,0%), Santarém e Porto, ambos com valores ligeiramente acima de 58%.

Já Portalegre (com 26,7%), Faro (30,8%) e Lisboa (32,6%) foram, a par de Aveiro, as regiões com menor taxa de ilicitude verificada.

A taxa média nacional de infracções detectadas foi de 49%, verificando-se, assim, que 12 distritos a ultrapassaram. Em 2006, aquela taxa tinha sido de 52,2%.

Relativamente às áreas de incidência das inspecções, estas ocorreram primordialmente na actividade fonográfica (648 fiscalizações – 35,6% do total) e videográfica (643 – 35,3%), devendo, no entanto, ter-se em conta que muitos dos alvos das inspecções desenvolvem simultaneamente estas duas actividades e, nesse caso, para efeitos de análise estatística, considerou-se, para cada caso, a área mais relevante.

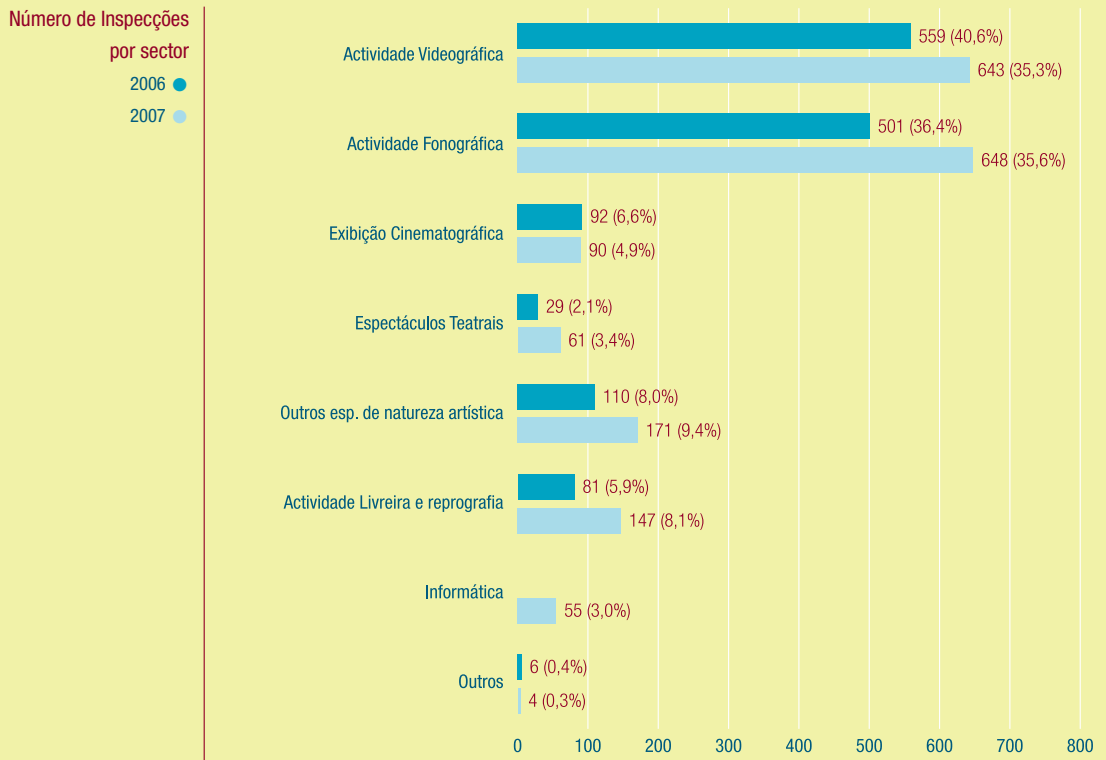
Os espectáculos ao vivo de natureza artística (que não os de natureza teatral) foi a área de actuação que se seguiu com o maior número de inspecções (171 – 9,4%). Quanto às restantes, tiveram a seguinte distribuição: as actividades livreira e de reprografia, com 147 inspecções (8,1%); a exibição cinematográfica (90 – 4,9%); os espectáculos teatrais (61 – 3,4%); a Informática (55 – 3,0%) e o Património Cultural (5 – 0,3%).

De 2006 para 2007, as inspecções na área livreira e em reprografias e aos espectáculos teatrais, tiveram aumentos relevantes, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, sendo que na última área esse valor duplicou.

Nas áreas das actividades fonográfica e videográfica, inspeccionaram-se mais 215 empresas ou agentes económicos, tendo, no entanto, estes dois sectores perdido peso relativo no total das inspecções.

Aumento ocorreu também no sector de espectáculos de natureza artística, enquanto que na exibição cinematográfica se registou um ligeiro decréscimo.

Já no que concerne à área do combate à criminalidade informática, 2006 foi um ano em que este tipo de acções não ocorreu.



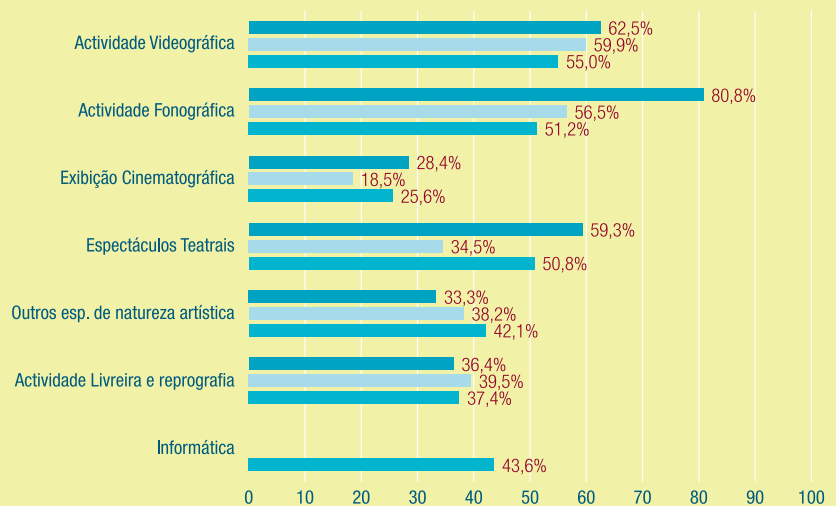
As infracções detectadas nas áreas referidas, apresentaram os seguintes valores:

- > Actividade Videográfica – 354 – 39,7% do total das infracções que, recorde-se, foram 891;
- > Actividade fonográfica – 332 - 37,3%
- > Exibição cinematográfica – 23 – 2,5%
- > Espectáculos Teatrais – 31 – 3,5%
- > Outros Espectáculos de Natureza Artística – 72 – 8,1%
- > Act. Livreira e Reprografia – 55 – 6,2%
- > Informática – 24 – 2,7%

Analisando agora a taxa de ilicitude, sector a sector, constata-se que os que apresentam valores mais elevados são as Actividades Videográfica e Fonográfica (com 55,0% e 51,2%, respectivamente), seguidas dos Espectáculos Teatrais, ainda a ultrapassar a fasquia de mais de metade das inspecções a revelarem incumprimentos legais (50,8%), da Informática (43,6%), Espectáculos de Natureza Artística (42,1%), a Actividade Livreira e a Reprografia, com 37,4% e com valores bem mais inferiores, a Exibição Cinematográfica, com apenas 25,6%.

**Evolução da Ilcitude
por sector
Ratio Inspeções /
Infracções por sector**

2005 ●
2006 ●
2007 ●



Da análise deste gráfico constata-se que a taxa de infracção no Sector Videográfico mantém-se estável, com ligeira tendência de descida, enquanto que na Actividade Fonográfica, ao longo destes três últimos anos, se tem verificado uma descida, primeiro bem acentuada e depois, já mais suave.

A análise neste sector de actividade deve ter em conta dois panoramas bem antagónicos. Por um lado, a oferta de pirataria fonográfica em feiras e mercados, revela uma tendência de crescimento acentuado tal como já tínhamos referido no Relatório Anual / 2006 (“consolidou-se a tendência (...) de maior oferta de Cd’s piratas (...) quando tudo indicava que a oferta ilícita de obras musicais tendia a desaparecer na distribuição física, a favor da difusão via Internet”), chegando a



aprender-se, nalgumas zonas do país quase tantas cópias de CD como DVD, quando aí imperava este último suporte, por exemplo, nos distritos do Porto e Braga, ou mesmo mais, como em Idanha-a-Nova.

Por outro lado, já no combate à execução pública não autorizada e/ou através de cópias ilegais, houve uma quebra acentuada de apreensões no Distrito de Lisboa, fruto de uma estratégia de intensas inspecções desde 2005, a qual, pelo seu grande número, acabou por diluir aumentos muito importantes ocorridos em concelhos do Distrito do Porto, fronteiros com Vila Real e em meios urbanos do interior do País, a que a IGAC, em estreita cooperação com as autoridades policiais locais, deu, em 2007, uma especial atenção (Viseu, Bragança, Mirandela, Vila Real ou Chaves, são alguns exemplos).

Também a nível de ficheiros musicais contidos em equipamentos informáticos (ou outros) apreendidos, houve um decréscimo – contabilizou-se cerca de 54 mil, quando em 2006 este valor rondou os 70 mil.

2007 foi também o ano em que a IGAC efectuou (ou colaborou em) diversas operações direccionadas a temas específicos: de combate à criminalidade informática, “Arcos Íris”, cujo objectivo foram empresas de artes gráficas e “Frames”, no sector do audiovisual (edição, produção e distribuição), ambas com a colaboração técnica da Assoft; “Frente e Verso” e “Pergaminho_07”, de combate à cópia ilícita de livros; “Canal TV”, em hotéis e estabelecimentos de materiais eróticos, para verificação da legalidade de exibição de obras cinematográficas e “Alvarinho”, de combate à duplicação e venda de cópias de CD e DVD, com a GNR.

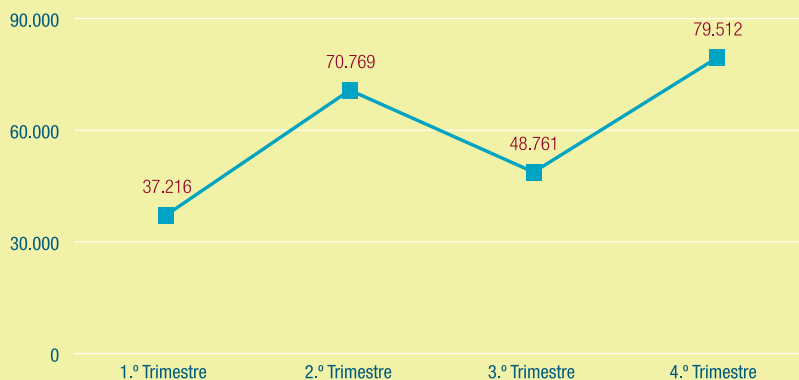
Na área da segurança de recintos de espectáculos de natureza artística, as acções inspectivas, com o acompanhamento da DRE, efectuadas aquando da abertura ao público daqueles recintos, permitiu a detecção de algumas anomalias graves, dando origem a duas interdições de funcionamento, enquanto que outras, de menor gravidade, acabaram por ser prontamente corrigidas pelos exploradores.

APREENSÕES

Passando agora à análise das apreensões ao longo do ano, podemos verificar que ocorreram dois picos – no 2.º trimestre, com 70.769 exemplares em situação ilícita retirados dos mercados e no último trimestre, o mais alto, com cerca de 80 mil.

O valor mais baixo aconteceu nos meses de Janeiro a Março, superando ligeiramente os 37 mil.

Número de exemplares apreendidos por trimestre



Foram apreendidos **236.258** exemplares (aumento de 3,1% comparativamente a 2006), em **718 apreensões correspondendo a 677 arguidos**, exemplares esses assim divididos:

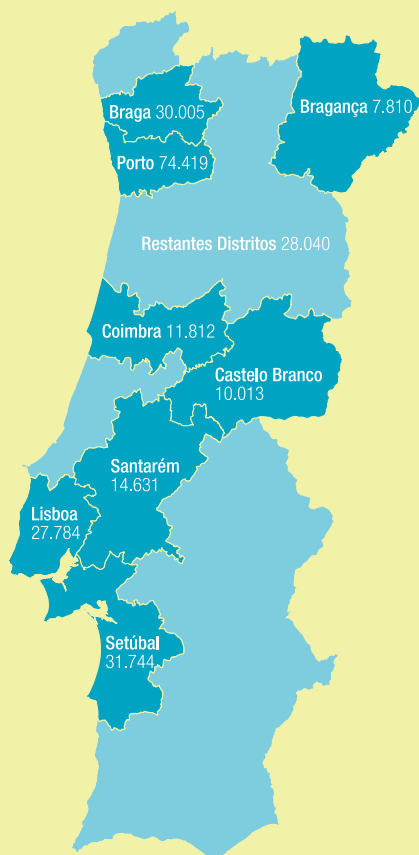
- > Cassetes audio – 47
- > CD-R / CD – 106.898
- > DVD-R / DVD – 120.682
- > Cassetes VHS – 354
- > Videojogos – 3.965
- > Livros (em papel e digitalizados) – 4.282 e
- > Capas copiadas para DVD – 855; 120 selos de autenticação indevida de videogramas.

Constata-se um ligeiro aumento, em relação a 2006, de apreensões de suportes videográficos (com obras cinematográficas, musicais, Karaoke e multimedia) (em 0,2%), enquanto que nos fonográficos a subida foi bem mais significativa (33,2%, quando em 2006 relativamente a 2005 já tinha sido de 52,0%).

Quanto a equipamentos, apreenderam-se:

- > CPU – 169 e 53.670 ficheiros musicais
- > Pen – 5
- > Leitores de CD – 19
- > Leitores de DVD / VHS – 78
- > Aparelhagem de som – 3
- > Amplificadores – 2
- > Mesas de Mistura de som – 6
- > Colunas – mais de duas dezenas
- > Drive de gravação - 1
- > Viaturas - 3

Apreensões por Distrito – Número de exemplares



Aqui o destaque vai para o aumento de 72,6% de computadores apreendidos, resultado das acções de combate à criminalidade informática e inspecções a estabelecimentos de LanGames.

Com um grande aumento, se bem que não tão significativo como o anterior, teve também o número de equipamentos de leitura – 25,6%, facto para o qual contribuiu a operação “Canal TV” (ver mais elementos em “Execução Pública”).

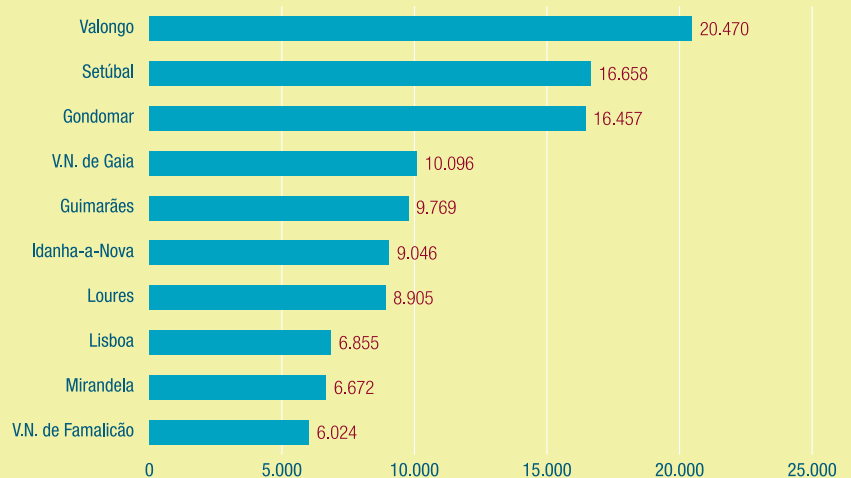
O valor da mercadoria (a preços de comércio legal), equipamentos e viaturas apreendidas atingiu os EUR 5.400.000, montante superior em cerca de 6% em relação a 2006.

Em termos geográficos, o Distrito do Porto superou largamente, com mais do dobro do segundo, Setúbal. Neste apreenderam-se 31.744 exemplares, enquanto que naquele distrito nortenho, se atingiram os 74.419.

Seguem-se Braga e Lisboa, com 30.005 e 27.784 exemplares, respectivamente. Mais distante ficou o distrito de Santarém, com 14.631.

A mesma análise, mas agora a nível de apreensões por concelho, permite-nos concluir que foi em Valongo que se efectuou o maior número, com 20.470 de cópias, seguido de Setúbal, com 16.658, Gondomar, 16.457, Vila Nova de Gaia, com 10.096 e Guimarães, a atingir os 9.769.

Número de exemplares apreendidos por trimestre



Apenas seis concelhos da região metropolitana do Porto (Porto, Matosinhos, Gondomar, Valongo Vila Nova de Gaia e Maia) foram responsáveis por 1/4 das apreensões efectuadas pela IGAC.

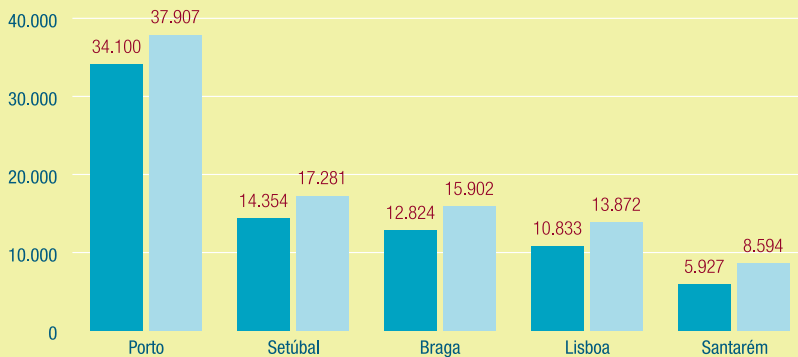
Atendendo ao tipo de suporte apreendido (e naqueles concelhos), constata-se que os mais relevantes (CD-R e DVD-R) têm valores muito próximos, prevalecendo o segundo, por vezes com uma margem de poucas centenas, em Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Guimarães, enquanto que em Lisboa e Idanha-a-Nova, o CD-R suplanta o DVD-R, situação que, por um lado tem a ver com o combate à execução pública ilegal, especialmente em espaços de diversão nocturna, e por outro, pela evolução da pirataria em feiras e mercados (ver em “Feiras e mercados”, análise mais pormenorizada).

Passando à análise das apreensões por distrito, a nível de suportes e equipamentos, o panorama é o seguinte:

Tanto a nível de CD-R / CD, como DVD-R / DVD, as maiores quantidades apreendidas ocorreram (por ordem decrescente) no Porto, seguido de Setúbal, Braga, Lisboa e Santarém.

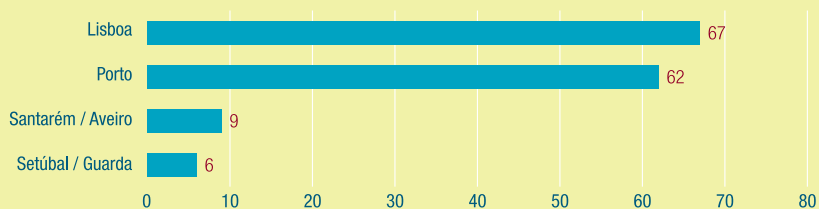
CD-R e DVD-R
Apreensões (número de
exemplares) / Distrito

CD-R ●
DVD-R ●



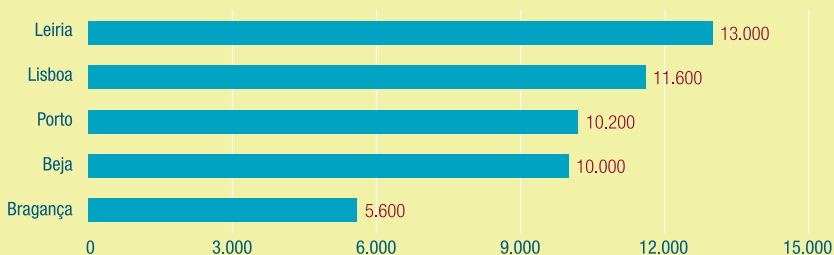
No que concerne aos equipamentos informáticos o ranking das apreensões altera-se significativamente.

CPU
Apreensões (número de
exemplares) / Distrito



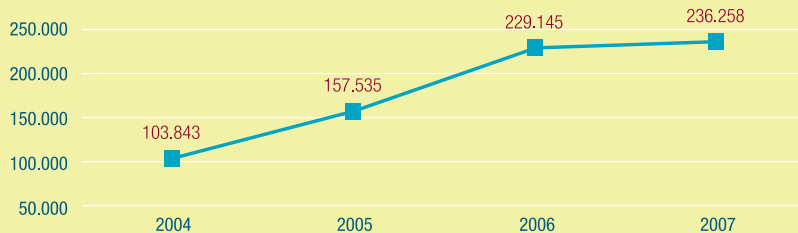
Tendo em conta o elevado número de ficheiros musicais que se apreendem, apresentamos também os respectivos valores, por distrito.

Ficheiros musicais
apreendidos (número aprox.) /
Distrito



Desde 2004, a IGAC, apenas com os seus meios ou em colaboração com a GNR e a PSP, já apreendeu 726.781 exemplares.

Apreensões de exemplares
em situação ilícita / ano



FEIRAS E MERCADOS

A IGAC, a exemplo de anos transactos e em estreita cooperação com a GNR e a PSP, continuou a dar especial atenção ao combate à comercialização de cópias pirata de obras audiovisuais em mercados, feiras e à venda volante na via pública.

Tendo em conta, no entanto, que outros importantes objectivos foram estabelecidos para 2007, também em defesa da Propriedade Intelectual e ainda na verificação das condições de segurança dos recintos de espectáculos de natureza artística e nos direitos do público, levaram a que a afectação de recursos humanos apontasse para uma redução de operações naqueles locais de comércio, estabelecendo-se, assim, como objectivo a realização de 50.

Também este objectivo acabou por ser largamente ultrapassado, com a realização de **73 operações** (mais 14% do que em 2006), principalmente na Grande Lisboa (distritos de Lisboa e Setúbal), zona sul do distrito de Santarém e nas regiões Centro e Norte (ver mapa), com destaque para a denominada “Alvarinho”, ocorrida nos dois últimos meses do ano (ver em “Cooperação Institucional”), privilegiando-se locais que nos últimos 3 anos não tinham sido visados por qualquer acção da nossa parte.

A percentagem de vendedores identificados naquelas intervenções – 90,0%, desceu ligeiramente quando comparado com 2006, que tinha sido de 91,3%.

Este valor continua, apesar de tudo, a ser muito bom, tendo em conta a especificidade daqueles locais e a implementação de mecanismos de defesa mais sofisticados por parte dos infractores.

Os procedimentos instalados com o intuito de iludir a acção das autoridades tem levado ao estabelecimento de novas estratégias e a maior empenhamento dos inspectores no estudo de rotinas instituídas e à prévia identificação dos locais de ocultação de mercadorias, de modo a que as posteriores intervenções sejam coroadas de êxito.



Em feiras e mercados efectuaram-se 414 apreensões, vindo a ser constituídos arguidos 373 indivíduos.

Em 54,8% daquelas operações conseguiu-se a identificação da totalidade dos vendedores.

O panorama actual na oferta de pirataria em feiras e mercados é muito mais animador do que o verificado nos dois anos anteriores. Como já tínhamos referido no Relatório de 2006, sinais no abrandamento da oferta de cópias era evidente em muitas regiões do país, mesmo em locais que tinham sido verdadeiros “baluartes” deste tipo de crime.

Para isso, contribuiu um esforço assinalável das autoridades, nalguns casos desencadeando consecutivas operações em curtos intervalos de tempo, o que associado a uma estratégia concertada em termos regionais, não permitiu a deslocação das vendas ilícitas para outros mercados próximos.

No entanto, este panorama positivo em parte de Portugal não nos pode distrair de outras realidades que continuam a ser bastante graves para a criação intelectual, editores, Estado e comércio legal.

Em mercados dos Distritos de Faro, Setúbal, Santarém, Porto e Braga (consideradas apenas as regiões onde a actividade ilícita se faz mais sentir, porque outros “pontos negros” ocorrem de forma isolada), existem feiras, algumas das quais apesar de várias operações policiais, que continuam a oferecer milhares de cópias ilegais.

Como estratégia para 2008, iremos concentrar os esforços, não só, nesses tais “pontos negros”, mas também, desde que os meios nos permitam, não aliviar a pressão em mercados que a experiência nos diz que sempre que tal aconteça, recrudescer de imediato a oferta ilícita.

Um outro facto a assinalar nesta sucinta caracterização é, como já atrás foi referido, a existência de feiras e mercados onde a oferta de obras musicais em suporte CD-R cresceu bastante, por vezes de forma exponencial.



EXECUÇÃO PÚBLICA

Como já foi referido, um dos factores que contribuíram para um acréscimo no valor global de fonogramas apreendidos foi a acção inspectiva da IGAC no combate à execução e exibição pública ilegal.

Se a taxa de violações ao Código do Direito de Autor e Direitos Conexos em locais de execução pública (bares, restaurantes, discotecas, boites, etc.) de obras protegidas já apresenta valores (relativamente) baixos no Distrito de Lisboa (a rondar os 22%), fruto de centenas de inspecções efectuadas nos dois últimos anos, muitas das quais inseridas noutras mais abrangentes, com diversas autoridades, direccionadas à prevenção e combate à criminalidade, noutros locais o panorama é muito grave.

Verificaram-se situações extremas (com taxas de incumprimento entre os 93% e os 100%), por exemplo, em Barcelos, Guimarães, Braga ou Viseu, bastando, no entanto, como o ocorrido nesta última cidade, realizarem-se duas acções em curto intervalo de tempo para, na segunda, a taxa de ilicitude, apesar de ainda alta, ter descido consideravelmente.

No distrito do Porto, outro exemplo negativo, em cerca de 63% dos locais inspeccionados, foram verificadas violações aos direitos dos autores, artistas / intérpretes e produtores.

Preocupante é não só este nível de ilicitude, como também o é o número de objectos apreendidos.

A exibição pública de obras cinematográficas em circuitos internos de hotéis e em estabelecimentos denominados Peep Show e Sex Shop, também mereceu especial atenção, com a realização da operação "Canal TV".

As inspecções ocorreram nos distritos de Faro, Leiria e Lisboa, dando origem à apreensão de mais de 4 centenas de cassetes VHS e DVD, oito dezenas de leitores de video e ainda computadores.

ACTIVIDADE LIVREIRA E REPROGRAFIA

A IGAC, no decurso de 2007, efectuou duas grandes acções de combate à cópia ilegal de livros.

A primeira, no decurso do 1.º semestre, foi denominada “Frente e Verso”, enquanto que a segunda, “Pergaminho_07” se desenrolou entre finais de Setembro até princípios de Dezembro.

Em termos geográficos, as acções inspectivas incidiram nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Bragança, Vila Real, Porto, Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Santarém, Lisboa e Faro.

Já em termos de tipologia de estabelecimentos inspeccionados, houve uma particular atenção para as reprografias instaladas em estabelecimentos de ensino superior.

Foram apreendidos 4.282 livros copiados (em papel e digitalizados), parte significativa de carácter técnico e para o ensino superior. Sublinhe-se, no entanto, e como particularidade, que houve um aumento de apreensões no que concerne a livros para o ensino secundário.

Foram ainda apreendidos 2 computadores, 3 pen e 6 CD-R com livros digitalizados.

Em relação ao ano transacto houve um acentuado decréscimo no número de cópias apreendidas, mas não no número de apreensões.

Devido à actividade inspectiva da IGAC durante 2006 e no primeiro trimestre de 2007, a maioria dos exploradores de lojas de fotocópias adoptou comportamentos defensivos na sua actividade ilícita. O material fotocopiado não é reproduzido em grandes quantidades e em curtos intervalos de tempo, nem tão pouco acumulado no espaço comercial, de modo a que a ocorrer alguma apreensão o número de exemplares em situação ilícita não seja significativo.

Regista-se a implementação, por parte de alguns comerciantes, de engenhosos mecanismos para iludirem a acção inspectiva, recorrendo-se mesmo a sofisticadas soluções técnicas (utilização de novas tecnologias).

Devido a essa atitude, como foi referido, o número de apreensões continua a ser muito elevado, mas o número de cópias por apreensão desceu significativamente, com a verificação de uma crescente e preocupante reincidência.

Aproximadamente 50% dos livros apreendidos foram-no no distrito de Lisboa.

Em dois casos extremos, um no distrito de Faro e o outro, no distrito de Braga, a IGAC aprendeu em cinco anos mais de doze mil livros copiados em papel e digitalizados.

CRIMINALIDADE INFORMÁTICA

Nesta área de actuação, a IGAC, com o estabelecimento de uma parceria técnica com a Assoft (Associação Portuguesa de Software), implementou dezenas de acções inspectivas no âmbito de duas operações, uma direccionada para empresas de artes gráficas e a outra, para empresas do sector audiovisual e gabinetes de arquitectura e de design.

Nas operações “Arco Íris” e “Frames” inspeccionaram-se, de Setembro a princípio de Dezembro, nos distritos de Aveiro, Faro, Guarda, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal, 51 empresas, das quais 41,2% (21) foram autuadas, por utilização de aplicações informáticas não licenciadas.

Foram apreendidos 26 CD-R com software ilegal e 84 computadores, cujo valor acrescido das aplicações informáticas instaladas, atingiu os EUR 405.400.

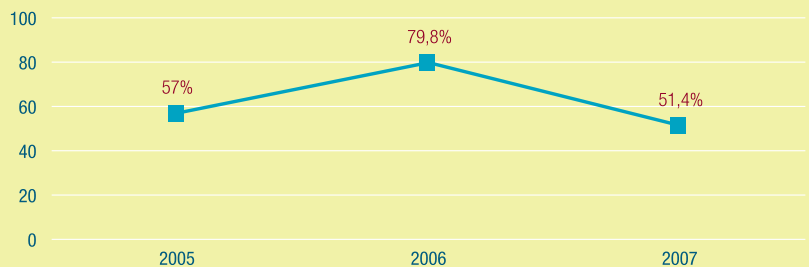
Daquelas 21 empresas, 13 (61,9%) tiveram a totalidade do parque informático apreendido, número aquele que sobe aos 71,4% se considerarmos metade ou mais dos computadores com software ilegal.

JULGAMENTOS

Os inspectores da IGAC, nas qualidades de autuantes, testemunhas ou como peritos, foram notificados para 205 julgamentos, dos quais apenas 138 se realizaram, correspondendo a 48,6% de adiamentos, o valor mais elevado desde 2005.

Refira-se, no entanto, que o número de notificações foi bem superior às ocorridas nos anos de 2005 e 2006 (então a rondarem as 90).

Julgamentos realizados em relação às notificações (percentagem)



Realce-se ainda o facto muito positivo, se bem que em número reduzido, de alguns dos processos crime com origem em apreensões desta Inspeção-Geral terem dado origem a Processos Sumários e Abreviados, sendo que no primeiro caso os arguidos julgados foram todos condenados pela prática de crimes de aproveitamento de obra usurpada.

EXAMES PERICIAIS

À IGAC têm sido requeridos nos últimos anos, principalmente pelos Tribunais, milhares de exames periciais, o que acrescido à intensa actividade inspectiva, tem provocado atrasos consideráveis na conclusão dos referidos processos, apesar dos investimentos realizados nesta área e conseqüente aumento dos níveis de produtividade, como os números seguintes revelam.

No decurso de 2007, foram realizados 1.093 exames periciais (aumento de 51,4% relativamente a 2006) e analisados 250.473 objectos, desde videogramas, fonogramas, videojogos, livros, brochuras, revistas a obras fotográficas, de desenho, de design e de outras formas de expressão artística.

Daqueles tipos de objectos, a maioria, 157.280 (53,3% do total) corresponderam a suportes em DVD-R, DVD e VHS, seguido dos fonogramas (CD e CD-R), que atingiram os 61.344 (37,8%).

O restante, distribuiu-se por videojogos (9.972 – 4,0%), software (1.242 suportes físicos – 0,5%, devendo ter-se em conta que cada suporte poderá ter fixadas diversas aplicações informáticas), livros, revistas e brochuras (1.012 – 0,4%) e os restantes 4,0% por outro tipo de criações artísticas / literárias.

Foram ainda peritados 35 CPU, mais 40,0% do que em 2006, com diverso tipo de conteúdos (obras musicais e cinematográficas, livros e software, maioritariamente).

As comarcas que em 2007 tiveram maior número de exames periciais concluídos foram a de Lisboa, com 181; Almada, com 58; V. F. de Xira, com 44; Porto, com 28; Mafra, com 27; Setúbal, com 25 e Braga, com 23.

Desde 2005, a IGAC já efectuou 2.268 exames periciais, correspondendo a 496.438 objectos.

COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Para além de toda a actividade anteriormente retratada, a IGAC colaborou com outras entidades em grandes operações de combate à pirataria.

Nos meses de Novembro e Dezembro, a Inspeção-Geral das Actividades Culturais esteve fortemente envolvida na Operação “Alvarinho”, o qual juntou entidades portuguesas e espanholas, para além desta Inspeção-Geral, a Guarda Nacional Republicana e a Guardia Civil e associações dos sectores audiovisuais dos dois países – a AFP e a FEVIP, do lado português e a Promusicae e a FAP, do lado espanhol, e ainda a IFPI.

A operação desenvolveu-se nas áreas das Brigadas Territoriais n.ºs 4 e 5 da GNR e direccionou-se para o combate à pirataria e à contrafacção nos locais de fabrico e de transacção comercial.

Em Espanha o objectivo foi idêntico, tendo incidido nas províncias limítrofes à fronteira luso-espanhola (Salamanca, Zamora, Orense e Pontevedra).

Para além de militares daquelas Brigadas Territoriais, participaram efectivos da Brigada Fiscal, Destacamentos Fiscais de Aveiro, Vila Nova de Gaia e Caminha, tendo também havido ainda, numa das acções, a colaboração da PSP.

Efectuaram-se 12 acções em feiras, donde resultou a apreensão de 31 mil cópias pirata de CD, DVD e videojogos (num valor aproximado de EUR 545 mil), de milhares de peças de vestuário, calçado e perfumes e a constituição de mais de 60 arguidos.

Realizaram-se também cerca de duas dezenas de buscas domiciliárias, muitas das quais a partir de queixas da AFP e FEVIP. Cerca de 20 mil CD-R e DVD-R foram apreendidos, assim como mais de uma centena de drives de gravação.

No cômputo geral, os suportes digitais com obras musicais, cinematográficas e videojogos apreendidos rondou os 50 mil e os arguidos (cidadãos portugueses, marroquinos e brasileiros) foram em número superior a sete dezenas, alguns dos quais detidos, por permanência ilegal ou violação de entrada em território nacional.

A IGAC cooperou também com o Destacamento Territorial de Mangualde da GNR, numa operação de desmantelamento de um

estúdio de gravação de CD e DVD, instalado nos arredores do Porto, o qual abastecia de pirataria, nomeadamente, vendedores em mercados na região centro de Portugal.

Outras colaborações foram prestadas pela IGAC, tais como numa vasta operação do Destacamento Fiscal de Aveiro da Brigada Fiscal, que se desenrolou desde a região norte de Leiria até ao Grande Porto e em várias buscas domiciliárias na região de Lisboa, levadas a cabo pelo Destacamento Fiscal de Pedrouços da Brigada Fiscal da GNR.

Destaque também para as inúmeras acções de fiscalização conjuntas com a PSP, GNR, Polícias Municipais, Ministério das Finanças (nomeadamente Direcções Distritais de Lisboa, Porto, Setúbal e Vila Real da Inspeção Tributária), as Alfândegas, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Inspeção da Segurança Social e a Autoridade das Condições de Trabalho.

Por outro lado, a IGAC manteve a cooperação com associações parceiras nas diversas áreas da Propriedade Intelectual (AFP, AGE COP, APEL, Assoft, Audiogest, FEVIP e SPA) ou inovou a forma como tal vinha até aqui acontecendo, como foi com a Assoft, com excelentes resultados alcançados.

Nota Final

2007 FICA ASSOCIADO A NOVOS RECORDES NO COMBATE À PIRATARIA E NA CONSEQUENTE DEFESA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL.

Realizaram-se mais acções inspectivas, apreenderam-se mais cópias ilícitas e equipamentos, concluíram-se mais exames periciais, direccionaram-se acções para regiões do país onde a nossa actuação vinha sendo deficiente.

Um combate onde a cooperação entre organismos oficiais, muito particularmente com a GNR e PSP, tem sido uma peça fundamental.

Cooperação que, agregando meios e potenciando sinergias, tem permitido atingirem-se resultados muito positivos. Algumas vezes, mesmo tendo apenas como objectivo o combate a um tipo de crime tão desvalorizado socialmente como o é o de usurpação e/ou aproveitamento de obra usurpada (vulgarmente denominado "pirataria"), as autoridades policiais procederam à apreensão de estupefacientes e armas de fogo.

Foi também um ano de diversificação de acções e de aperfeiçoamento de métodos de trabalho.

A cooperação com parceiros da IGAC na área da Propriedade Intelectual foi igualmente crucial para o êxito alcançado.

Êxito que não deve ocultar resultados menos positivos, como é o caso do combate à violação dos direitos dos criadores na internet, o qual deve passar fundamentalmente por estratégias globais que ultrapassam as fronteiras geográficas.

Em 2008, há combates que se devem manter tendo em vista que os alvos a atingir tenderão a manter as suas práticas inalteradas.

Outras áreas irão merecer a nossa atenção, tanto mais que em 2007 ficou bem demonstrado que em alguns sectores e regiões do país, ainda persiste um sentimento de impunidade perante a violação do direito de autor e direitos conexos.

Ficha Técnica

TÍTULO

Inspecção de Espectáculos e do Direito de Autor
Combate à Pirataria - Relatório de 2007

EDIÇÃO

IGAC . Inspecção-Geral das Actividades Culturais / Ministério da Cultura

DESIGN GRÁFICO

Ilha de Ideias

IMPRESSÃO

Gigaresma

TIRAGEM

1000 exemplares

DATA

Março 2008

DEPÓSITO LEGAL

273149/08

Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Palácio Foz, Praça dos Restauradores

1250 -187 Lisboa

T. 351 21 321 25 00 F. 351 21 321 25 66

igacgeral@igac.pt

combatepirataria@igac.pt

www.igac.pt